

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

O ensaio geral com vistas para o modelo político

O Brasil é um doente em estado pré-agônico, internado na UTI.

Seu organismo, sem condições próprias de sobrevivência, está sendo mantido vivo artificialmente. No nariz, o tubo de oxigênio; numa veia do braço, a agulha que inocula soro, já que não pode alimentar-se por via oral; e periodicamente lhe fazem uma transfusão de sangue para combater a profunda anemia.

De repente, tenta irromper no recinto da terapia intensiva um grupo de irresponsáveis, que se dizem seus amigos e inconformados com seu estado. Alegando que conhecem as causas que o levaram a esse estado e, portanto, podem salvá-lo, pretendem tirá-lo dali, suspendendo ao mesmo tempo oxigênio, soro e transfusões. E, se os médicos que cuidam do paciente, preocupados, no momento, apenas com impedir que morra — para que, eventualmente, possa mais tarde ser entregue a outra equipe que trate do seu restabelecimento total com a preocupação, até mesmo, de torná-lo ainda mais saudável do que era antes de adoecer —, não tiverem força para impedir a invasão, então o óbito será inevitável.

Força, sim, porque tentar persuadir quem

está tão alienado pela paixão e pelo interesse mesquinho que já não é capaz de compreender que, dado o estado do paciente, o momento não é de perquerir causas, mas de conter os efeitos que são evidentes e assustadores, independentemente de quais sejam as causas, seria contribuir para apressar o desenlace fatal.

A imagem nos é sugerida por esse movimento de rebeldia que, evidentemente, não começou em Paulínia, vem de muito longe, pois visa um objetivo permanente de um grupo político-ideológico, incessantemente perseguido, variando apenas a tática de persegui-lo de acordo com as condições objetivas do momento, como as interpretam aqueles que dedicam a vida a persegui-lo. Não começou em Paulínia, mas teve na greve que paralisou aquela refinaria a primeira manifestação ostensiva da sua nova fase que foi esboçada na última reunião da Conclat (Conferência das Classes Trabalhadoras), quando, como dissemos em editorial de ontem, foi aprovada a tese de uma greve geral de âmbito nacional "contra a política econômica do governo". Os problemas internos do Partido dos Trabalhadores, irremediavelmente desmoralizado pelo repúdio que mereceu do eleitorado nas eleições de novembro último, e mais o decreto, absolutamente inócuo, aliás, do governo sobre a contenção das despesas das estatais foram os ingredientes que contribuíram para que os senhores Lula e Bittar entendessem que havia condições objetivas para começar o que podemos considerar como um ensaio geral para a greve geral.

O que se poderia visar com uma greve geral

"contra a política econômica" do governo no momento em que o País se encontra no estado

que descrevemos — com perdão da retórica — no

início deste comentário? Lula e seus líderados já

deram muitas demonstrações da sua incapacidade

de como líderes políticos e até como líderes sindicais.

Mas não desprezamos as suas inteligências a

ponto de acreditar que eles não têm consciência

de que uma mudança de política econômica, nos

termos em que eles propõem, nesta altura da

nossa crise econômico-financeira, só poderia ser

feita com uma modificação radical do nosso regime político.

Dizia ontem um assessor do governador Montoro, tentando socorrê-lo quando mais

uma vez gaguejava ao ser inquirido por repórteres

sobre o que pensava da intervenção no sindicato

do sr. Bittar: "Nós também somos contra o modelo econômico". Ele, também, não sabe que o que

se pretende pôr em jogo neste ensaio geral não é o

modelo econômico, mas sim o modelo político,

mesmo porque os dois modelos se determinam

mutuamente?

É exatamente porque não temos nenhum modelo político em funcionamento que também não temos nenhum modelo econômico. Tanto no plano político quanto no econômico vivemos uma

praxis que ninguém sabe a que nos levará.

Se vivéssemos, já, em um sólido regime democrático, que importância teria essa provocação dos inimigos juramentados desse regime, representada pela greve, totalmente absurda pelas suas pretensas justificativas, de trabalhadores de uma refinaria? Quais são as partes envolvidas na greve de Paulínia? Os trabalhadores, de um lado, e o patrão do outro, como em qualquer greve. E a Justiça do Trabalho pairando sobre elas, para dirimir o conflito. Quem é o patrão no caso? O Estado, que o governo preside, maior acionista da empresa, representado pelo seu preposto: a direção. E o que teria de determinar o patrão-governo ao seu preposto quando, desde o primeiro momento, se configurou sem dúvida alguma a flagrante ilegalidade da greve? Que comunicasse aos grevistas que eles estavam demitidos e que tinham 24 horas para serem readmitidos, voltando ao trabalho. Alguém duvida de que com essa atitude o movimento iniciado em Paulínia morreria no nascelouro, em vez de alastrar-se, como está acontecendo, não só para outras refinarias, mas também para outros setores?

Em vez disso, limitou-se o governo — porque

não temos um modelo político, não temos um

sólido regime democrático — a decretar a ilegalidade da greve, sem nenhuma sindicato que serviu,

aliás, para proporcionar mais uma bandeira aos

baderneiros de plantão.

Agora, quando em todo o País se realizam assembleias

em sindicatos que pretendem solidarizar-se com a

rebeldia, como se não se tratasse disso, mas de um

movimento normal de reivindicação trabalhista

cerceado pela violência governamental, dispor-se-ia

o governo a recorrer às medidas de emergência

que a Constituição lhe proporciona. Para isso,

teria o apoio de toda a opinião responsável deste

país. Mas nem por isso deixaria de correr o risco

de provocar um trauma social violento, risco esse

que teria sido evitado se tivesse agido como devia

logo no primeiro momento.

A esta altura tudo o que podemos esperar é que o governo aplique realmente as medidas de emergência que julgar necessárias, com todo o rigor e o mais rapidamente possível, para que o ensaio geral não tenha êxito e o trauma seja o menor possível. Consciente de que o que está em jogo é a possibilidade de continuarmo-nos aproximando do modelo político que não temos, mas ao qual a esmagadora maioria da Nação aspira.

N. da R.: Este editorial já estava redigido quando o presidente da Petrobrás, sr. Shigeaki Ueki, anunciou em Campinas as primeiras medidas contra funcionários da empresa que aderiram à greve declarada ilegal.